



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**DOUGLAS HENRIQUE ASSIS DE FARIA  
LAURIANE CRISTINA NORATO**

**ESCULPIDOS A MACHADO: EDUCAÇÃO FÍSICA COMO RESISTÊNCIA AO  
RACISMO NAS ESCOLAS**

**OURO PRETO  
Agosto 2025**

**Douglas Henrique Assis de Faria**  
**Lauriane Cristina Norato**

**Esculpidos a machado: Educação física como resistência ao racismo nas escolas**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado como requisito obrigatório da  
disciplina EFD356 – Seminário de TCC do  
curso de Licenciatura em Educação Física da  
Universidade Federal de Ouro Preto.  
Orientador: Prof. Dr. André Henrique C. Capi

**Ouro Preto**  
**2025**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N822e Norato, Lauriane Cristina.

Esculpidos a machado: [manuscrito]: Educação física como resistência ao racismo nas escolas. / Lauriane Cristina Norato. Douglas Henrique Assis de Faria. - 2025.

50 f.: il.: tab.. (Série: -)

Orientador: Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi.  
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .

ISBN: -.

ISSN: -.

1. Educação física escolar. 2. Práticas pedagógicas. 3. Relações étnico-raciais. 4. Educação antirracista. I. Faria, Douglas Henrique Assis de. II. Capi, André Henrique Chabaribery. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 796:37

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Douglas Henrique Assis de Faria Lauriane Cristina Norato**

### **Esculpidos a machado: Educação física como ferramenta de combate ao racismo nas escolas**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de graduação

Aprovada em 13 de agosto de 2025

#### Membros da banca

Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Carla Sacramento (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup> Circe Sampaio Russo de Jorio (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/08/2025



Documento assinado eletronicamente por **Andre Henrique Chabaribery Capi, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/08/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0967964** e o código CRC **F5A0A989**.

Dedico este trabalho a todos que, assim como eu, carregam no corpo e na alma as marcas da resistência. A todos os meus ancestrais, que me abriram caminhos mesmo quando todas as portas estavam fechadas. Por fim, dedico-me a mim mesmo, à criança que fui, que sonhava entre os silêncios e sobrevivia entre os cortes. Consegui. Hoje eu volto pra te buscar.  
(Douglas)

Dedico este trabalho a Deus, aos meus ancestrais e à minha mãe, minha base e amor maior. À menina preta periférica que nunca parou de sonhar. Transformei dor em pesquisa, silêncio em voz e resistência em escrita. Aqui estou. Aqui resisto. Aqui escrevo.  
(Lauriane)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me capacitar e me permitir chegar até aqui, mesmo quando tudo parecia difícil demais. À minha mãe, ao meu tio Gilson e a minha tia Márcia, minha base e inspiração. Mesmo por muitas vezes os seus sonhos interrompidos, nunca deixaram que eu desistisse dos meus. Tiveram suas asas cortadas, mas protegiam as minhas para que eu pudesse voar.

À Laís, minha ex-companheira e eterna amiga, que me fez voltar a acreditar em mim quando eu já não via mais sentido. Sua presença foi luz em tempos escuros. Ao meu amigo Hiago, parceiro de todas as horas, das lutas às alegrias, das chuvas em cima da moto às resenhas e risadas. Irmão de caminhada e de coração.

À minha psicóloga Estefânia, por me ensinar a mergulhar com coragem nos meus males psíquicos, mesmo quando eu estava prestes a me afogar em mim. A terapia foi abrigo quando a insanidade me cortejou. Aos meus amigos do ballet, que me acolheram com leveza, parceria e afeto. Ao Pedro Sousa e Victor Souza, pela irmandade genuína e constante. Ao Marcelo Gomes, Breno Silva, Vinicius Nicolau, Lusia Vieira, Gabriel, Pedro Sousa, Lucas Bernardes, Aléxia, Clever e Giovana Rodrigues, por serem suporte nos dias difíceis e refúgio da minha mente cansada. Vocês me ajudaram a permanecer inteiro.

Aos artistas Mano Brown, Djonga, Leall e Emicida, que, mesmo sem saber, cumpriram o papel de pai na minha vida. Suas palavras me acolheram, me fortaleceram e me ajudaram a me tornar o homem que sou.

Ao meu orientador André, com quem tive uma troca sincera e construtiva desde o primeiro dia. Sua escuta atenta e parceria tornaram o TCC mais leve e significativo, compreendendo com sensibilidade tudo aquilo que queríamos transpassar com este trabalho.

E, por fim, à Lauriane, minha dupla de TCC e amiga pra vida, pela força, companheirismo e amizade que levo da UFOP como um dos maiores presentes nesta jornada.

A cada um e cada uma que cruzou meu caminho com amor, cuidado e presença: meu muito obrigado. Este trabalho também é de vocês.

(Douglas)

Agradeço primeiramente a Deus, por me sustentar nos momentos em que pensei em desistir e por me mostrar que cada passo, mesmo cansado, me levou mais longe do que eu imaginava.

À minha mãe, que foi força, coragem e cuidado. Mulher que, mesmo com o peso da vida, nunca deixou que me faltasse amor e esperança. À minha avó, que segue viva na minha memória e nas conquistas que carrego como continuidade da sua história. À minha tia Efigênia e à minha prima-irmã Cristina, por serem presença, apoio e afeto em todos os momentos. À minha família que é meu refúgio.

À Luiza, minha amiga, minha companheira de curso e irmã de caminhada, que dividiu comigo risadas, desafios e silêncios. Ter você por perto tornou os dias mais leves e os momentos difíceis suportáveis. Sua presença foi força, incentivo e alegria, e nossa amizade é uma das maiores conquistas que levo dessa trajetória.

Aos amigos que caminharam comigo e tornaram a estrada mais leve: Warley, Yasmin, Alexia, Maria Emília, Ana Luiza, Clarice, Adriana, Milena, Érica e Ágatha. Obrigada por cada palavra, gesto e presença sincera, vocês foram abrigo quando o mundo parecia pesado.

Ao professor André Capi, por acreditar na potência deste trabalho, orientar com sensibilidade e respeitar minha voz e minhas memórias. Ao meu colega de TCC e amigo, Douglas, por compartilhar essa jornada e por todo aprendizado que levarei comigo.

Este trabalho é sobre resistência, ancestralidade e afeto. É também sobre cada pessoa que, de alguma forma, esteve comigo nesta travessia. A vocês, minha eterna gratidão.

(Lauriane)

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo investigar como a Educação Física escolar pode contribuir no enfrentamento ao racismo, a partir da análise da produção acadêmica publicada nos principais periódicos da área após a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, adotou os procedimentos da pesquisa bibliográfica e da artistagem, mapeando 12 artigos científicos que abordam as relações étnico-raciais na Educação Física escolar. As análises foram realizadas por meio da metodologia de Severino (2002), utilizando análise textual, temática e interpretativa. As produções acadêmicas foram agrupadas em cinco categorias: formação de professores; práticas docentes; conteúdos abordados; currículo da Educação Física e diversidade cultural; e combate ao racismo. Os resultados evidenciam a importância da Educação Física como espaço de acolhimento e resistência, mas também revelam lacunas na formação docente e na efetivação das legislações que estabelecem a obrigatoriedade da abordagem das relações étnico-raciais nas escolas. Concluímos que ainda é necessário avançar na qualificação da formação inicial e continuada de professores, bem como na elaboração de práticas pedagógicas antirracistas que promovam a valorização das identidades negras nas aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física. Relações Étnico-raciais. Racismo. Escola. Formação docente.

## **ABSTRACT**

This Final Course Project aims to investigate how school Physical Education can act as a tool to contribute to the fight against racism, based on an analysis of academic publications in the main journals of the field after the enactment of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) in 2017. This qualitative and exploratory research adopted bibliographic procedures and “artistagem” as methodological approaches, mapping 12 scientific articles that address ethnic-racial relations in school Physical Education. The analysis was based on Severino’s methodology (2002), through textual, thematic, and interpretative approaches. Academic publications were grouped into five categories: teacher training; teaching practices; content covered; physical education curriculum and cultural diversity; and combating racism. The results highlight the importance of Physical Education as a space for acceptance and resistance, but also reveal gaps in teacher training and in the enforcement of legislation that guides and establishes the mandatory approach to ethnic-racial relations in schools.. We conclude that it is still necessary to strengthen initial and continuing teacher education and to develop anti-racist pedagogical practices that promote the appreciation of Black identities in Physical Education classes.

**Keywords:** Physical Education. Ethnic-racial relations. Racism. School. Teacher education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mapeamento da produção acadêmica sobre as questões étnico-raciais no período pós publicação da primeira versão da BNCC.....	34
Quadro 2 - Categorias temáticas investigadas na produção acadêmica sobre as questões étnico raciais na educação física escolar.....	35

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DCN-ERER	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- ERER Raciais Educação Étnico Racial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MIF's	Módulos Interdisciplinares de Formação
MNU	Movimento Negro Unificado
NCPI	Núcleo Ciência Pela Infância
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNICAMP	Universidade Federal de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: “<i>Negro Drama</i>”</b> .....	<b>8</b>
<b>2 METODOLOGIA – LUPA</b> .....	<b>17</b>
<b>3 “EXU MATOU UM PÁSSARO ONTEM COM UMA PEDRA QUE SÓ JOGOU HOJE”: TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ANTI RACISTA E A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (ERER) VIA LEI 10.639/03</b> .....	<b>20</b>
3.1 A trajetória da educação étnico-racial no ambiente escolar: “Aqui quem fala é o primo preto, mais um sobrevivente” (Racionais, 1997) .....	22
3.2 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação das relações étnico-raciais: Sangue, suor e lágrimas .....	25
3.3 A educação física escolar como espaço de acolhimento e resistência: Ouro marrom .....	28
<b>4 CAMINHOS PARA A ABORDAGEM DAS QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: POSSO MUDAR MEU DESTINO</b> .....	<b>33</b>
4.1 Racismo vivenciado nas aulas e invisibilização de identidades: Lágrimas de Odé.....	37
4.2 Reconhecimento da cultura negra nas aulas de educação física: Bastardos em glória.....	39
4.3 Práticas potentes e ações efetivas: Principia .....	41
<b>5 CONSIDERAÇÕES: AQL SLV</b> .....	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO: “*Negro Drama*”

Crime, futebol, música, cara  
Eu também não consegui fugir disso aí  
Eu sou mais um, Forrest Gump é mato  
Eu prefiro contar uma história real  
Vou contar a minha.  
(Racionais 2002)

Nossa trajetória até chegar à licenciatura em Educação Física não foi simples. Crescemos em realidades periféricas, onde a escola nem sempre era um espaço de acolhimento e pertencimento. Em muitos momentos, fomos atravessados por sentimentos de invisibilidade, especialmente por conta da cor da nossa pele e dos estigmas impostos aos nossos corpos e às nossas histórias.

Apesar disso, foi nas aulas de Educação Física que vivenciamos as primeiras experiências de pertencimento. Era nesse espaço, por meio dos jogos, das brincadeiras e das práticas, que nos sentíamos vistos e valorizados. Essas vivências despertaram o desejo de seguir nessa área, com o propósito de transformar também a experiência de outras crianças e jovens.

É importante destacar este trabalho é atravessado pela nossa subjetividade enquanto sujeitos negros. Douglas se reconhece como homem preto, e Lauriane como mulher negra. Ressaltamos essa distinção porque o racismo, embora atinja ambos, manifesta-se de forma mais agressiva contra Lauriane, em função da intersecção entre raça e gênero. A experiência de ser mulher e negra acentua as desigualdades, revelando aquilo que Kimberlé Crenshaw (2002) conceitua como interseccionalidade: a sobreposição de sistemas de opressão que impactam de maneira distinta a vida das pessoas negras. Essa perspectiva contribui para compreender como nossas trajetórias se diferenciam e, ao mesmo tempo, se entrelaçam na luta antirracista.

Somente na universidade conseguimos nos conectar com a nossa negritude e, de fato, assumir como negros. Conseguimos reconhecer a potência dessa identidade, construída a partir de muito embate interno e de todos os atravessamentos que silenciaram essa construção durante nossa trajetória escolar.

Mesmo durante a formação acadêmica, continuamos enfrentando o preconceito, agora em formas mais sutis, mas igualmente marcantes. No entanto, longe de nos desmotivar, essas situações apenas reforçam nosso compromisso com uma prática pedagógica antirracista e mais humana. É justamente diante das dificuldades que reafirmamos nossa vontade de ocupar esse lugar com consciência e resistência para que outros, como nós, possam se sentir representados e inspirados.

Com o passar do tempo e a ampliação do olhar proporcionada pela formação acadêmica, percebemos que a Educação Física vai muito além de ensinar esportes. Nossa trajetória acadêmica no curso de licenciatura contribuiu para enxergarmos a educação física escolar como um componente curricular potente para questionar desigualdades, valorizar a diversidade étnico-racial e contribuir para a construção de uma escola mais justa. Ao mesmo tempo, percebemos também que o racismo continua presente de forma sutil (ou nem tanto) nos espaços escolares, inclusive nas aulas de Educação Física, e que nem sempre os professores estão preparados para lidar com essas questões.

Apesar da promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, a nossa formação inicial na licenciatura em Educação Física evidenciou a ausência quase total dessa temática no currículo. Essa lacuna é preocupante, pois, se de um lado a legislação garante o direito das crianças e jovens à educação das relações étnico-raciais, de outro lado os cursos de formação docente seguem silenciando esse debate, o que compromete a efetivação da lei na prática escolar. Essa contradição evidencia a urgência de inserir, de forma estruturada e obrigatória, a temática étnico-racial nos cursos de licenciatura em Educação Física.

Corroboramos com Gomes (2005)<sup>1</sup> que destaca o quanto o debate sobre relações raciais no Brasil envolve termos e conceitos muitas vezes utilizados de forma imprecisa, situação que dificulta a compreensão do racismo e sua reprodução no cotidiano escolar (GOMES, 2005). Entender conceitos como identidade, diferença, discriminação e preconceito é essencial para uma prática docente crítica e comprometida com a equidade racial.

A partir dessa vivência pessoal e das inquietações acerca da nossa formação inicial no curso de licenciatura em Educação Física, surge o problema central deste trabalho de conclusão de curso: o que há de produção acadêmica nos principais periódicos da área da Educação Física sobre a abordagem das questões étnico raciais nas aulas de educação física escolar após a publicação da BNCC? Os temas investigados são relevantes para qualificar a formação e a atuação docente na abordagem das questões étnico raciais nas aulas de educação física escolar?

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Educação da UFMG e integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN –, entre 2002 e 2013 coordenou o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG. Coordenou também o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA) e o GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais – da ANPED, durante a Gestão 2012-2013. Foi também membro do Conselho Nacional de Educação no período 2010-2014, designada para a Câmara de Educação Básica. Em 2013 e 2014 foi reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB –, tomando-se a primeira mulher negra a ocupar o cargo mais importante de uma universidade federal no Brasil. Em janeiro de 2015, deixou essa função para ser Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/368-nilma-lino-gomes> Acesso em: 25 mai. 2025

Diante disso, o objetivo principal do trabalho é investigar nos periódicos da educação física as publicações sobre a abordagem das questões étnico-raciais nas aulas de educação física escolar. Os objetivos específicos consistem em mapear as publicações sobre a abordagem das questões étnico-raciais na educação física escolar após a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018; identificar os temas estudados sobre as questões étnico-raciais na educação física escolar nas publicações em periódicos da Educação Física e analisar as temáticas alinhadas com a formação e atuação docente na abordagem das questões étnico-raciais.

Há 22 anos a lei 10.639/03 instituiu a inclusão do estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira como conteúdo obrigatório no ensino fundamental e médio brasileiro. O objetivo da sua implementação foi viabilizar aos estudantes saberes acerca do resgate histórico da identidade negra, o respeito às diferenças, como também, a respeito das contribuições do povo negro na construção e formação da sociedade brasileira, conforme preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN-ERER) e para o Ensino da História e cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

Segundo as DCN-ERER, a educação das relações étnico-raciais refere-se ao conjunto de práticas pedagógicas que promovem o respeito, a valorização e a visibilidade das identidades negras e indígenas, visando superar o racismo e construir uma escola democrática. Para Gomes (2005), trata-se de um processo educativo que articula conhecimentos, atitudes e valores voltados à equidade racial, que deve atravessar todos os componentes curriculares.

A obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008) não restringe a abordagem das questões étnico-raciais por outros componentes curriculares, inclusive a Educação Física.

Para Rodrigues (2010) a educação física torna-se um componente potente para a veiculação da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história, cultura afro-brasileira e africana, ao ser concebida na perspectiva do currículo multicultural. Segundo Neira (2007) a educação física cultural tem como função a criação de oportunidades para a conscientização dos educandos e educadores das relações que são bases para as manifestações da cultura corporal presentes nas representações dos mais variados grupos que compõem a sociedade. Deste modo a educação física abordada na perspectiva do multiculturalismo pressupõe a eliminação da desvantagem das diferentes culturas, pois está ancorada na discussão e compreensão das difíceis realidades dos/as estudantes não legitimados, considerando a

apreciação das diferenças culturais como riqueza, articulado ao seu contexto sócio-histórico e alinhadas à justiça social.

A Educação Física, ao longo da história da educação brasileira, passou por diversas transformações quanto à sua obrigatoriedade e função pedagógica dentro da escola. Se antes era vista apenas como prática de disciplinamento corporal, hoje é compreendida como componente curricular fundamental para o desenvolvimento integral dos(as) estudantes. Mais do que ensinar esportes ou garantir o movimento, a Educação Física pode ser um espaço de construção de valores, respeito às diferenças e promoção da equidade.

O livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (FANON, 1952) é uma produção relevante para a compreensão dos efeitos do racismo sobre a população negra, especialmente no que diz respeito à construção da identidade e desenvolvimento da autoestima. Fanon (1952) denuncia a forma que o negro é frequentemente levado a negar sua própria cultura em busca de aceitação. Essa análise é essencial para pensar o papel da educação física no ambiente escolar, uma vez que a disciplina lida diretamente com o corpo e a valorização das identidades.

Nesse contexto, discutir as relações étnico-raciais na escola, e especialmente nas aulas de Educação Física, torna-se uma urgência diante do racismo que ainda persiste na sociedade brasileira. O ambiente escolar, que deveria ser espaço de acolhimento e valorização da diversidade étnico-racial, muitas vezes reproduzem estigmas, silencia identidades e naturaliza desigualdades. Como vivenciado por nós ao longo de nossa trajetória, esses processos podem marcar profundamente a vida dos(as) estudantes negros(as), afetando seu pertencimento e sua autoestima.

Segundo Gomes (2005), o racismo no Brasil se manifesta por meio de mecanismos simbólicos e institucionais que tornam as desigualdades raciais quase imperceptíveis. Isso favorece a manutenção de uma estrutura de poder que desvaloriza as culturas negras e torna natural a ausência de representatividade nas instituições, como a escola. Assim, é essencial que os educadores compreendam esses conceitos, mas também atuam na escola alinhados a um conjunto de práticas pedagógicas que promovem o respeito, a valorização e a visibilidade das identidades negras e indígenas, visando superar o racismo e construir uma escola democrática.

A escolha pelo tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) — a utilização da Educação Física como ferramenta de combate ao racismo — se justifica pela necessidade de compreender como essa área pode contribuir ativamente para a valorização das identidades negras, para a desconstrução de estereótipos e para o enfrentamento das desigualdades raciais no cotidiano escolar.

Um marco importante nesse processo é a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996 (LDB), tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas. De acordo com o texto legal:

O conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) complementam a Lei nº 10.639/03 ao orientar como esses conteúdos devem ser trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Educação Física, de modo a promover o respeito à diversidade étnico-racial e combater o racismo.

Ainda que a legislação tenha representado um avanço significativo, sua efetiva implementação nas escolas encontra desafios, especialmente na prática pedagógica. Muitos professores ainda se sentem despreparados para abordar essas temáticas ou não compreendem como integrá-las de forma significativa às suas aulas. Nesse sentido, é fundamental compreender se os docentes de Educação Física vêm incorporando tais diretrizes em sua prática e como isso se manifesta no cotidiano escolar.

Portanto, este trabalho parte do alinhamento entre vivência pessoal, formação acadêmica e compromisso social, e busca colaborar com uma prática pedagógica mais consciente, que contribua para a construção de uma escola mais justa, diversa e verdadeiramente democrática.

## 2. METODOLOGIA - LUPA

Olho a janela vejo que nada mudou  
 Olho meu meus manos pergunto quem estudou?  
 Universitários dizem ai que dó  
 A bala bate nós dizemos: ai que dor  
 (Djonga 2017)

Este trabalho consiste de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória articulando procedimentos da pesquisa bibliográfica e da arte da escrita. Esse delineamento visa aprofundar o estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes e maior conhecimento sobre o tema (TRIVIÑOS, 2012).

A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio da combinação do levantamento bibliográfico e documental. Segundo Gil (2002, p 3):

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (GIL, 2002, p. 3).

O processo de levantamento bibliográfico ocorreu no Google Acadêmico e banco de dados do SciELO<sup>2</sup> utilizando as palavras chaves: Educação Física Escolar, Prática Pedagógica, Relações Étnico-raciais, Educação Antirracista. Como critério para seleção inicial definimos o mapeamento de artigos versando sobre a temática das relações étnico-raciais no contexto da Educação Física escolar, publicados em português em periódicos na área da Educação Física classificados como A, B ou C pelo Qualis CAPES no quadriênio 2017-2020<sup>3</sup> no período pós-publicação da BNCC (BRASIL, 2017). A definição deste ano para seleção dos artigos tem relação com a promulgação da lei 10.639/03, mas também, por se tratar de um momento histórico que o tema, das questões étnico raciais, passou a ser objeto de investigação de estudo nas áreas da Educação e Educação Física.

---

<sup>2</sup> *Scientific Electronic Library Online* é uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico cujas consultas ocorrem no endereço eletrônico <http://www.scielo.br>

<sup>3</sup> É o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, com base na publicação em periódicos científicos de artigos de docentes a filiados às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

No procedimento de levantamento documental consultamos as leis 10.639/03, 11.645/08 e a BNCC. As duas leis instituíram a inclusão do estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira como conteúdo obrigatório no ensino fundamental e médio brasileiro. E a seleção da base por se tratar de um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais a serem abordadas pelos componentes curriculares, inclusive a educação física para todos os alunos/as da educação básica brasileira, desde a educação infantil até o ensino médio.

A utilização do procedimento da artistagem visa trazer para a investigação os nossos saberes das questões étnico raciais, enunciados na linguagem da arte, que acessamos ao longo da nossa trajetória ao ouvir músicas, ler produções literárias e jornalísticas e, assistir filmes. Segundo Matos (2011, p. 2):

A arte, da artistagem, é povoada de afecções, é tudo que nos acontece, liberando as experiências sensíveis em sua singularidade. Por isso arte é diferente da obra de arte. [...]. A vida como arte, a arte na vida, é possibilidade de não morrermos com a verdade. A busca da verdade aprisiona a criação, a vida. A arte como pensamento da diferença não é representação da vida, mas vivida como um estilo, uma estética de existência. A arte quando pensada em termos de representação da realidade, passa para objetividade e assim se aprisiona na estética da contemplação, da ética da conscientização. As linhas que traça é do julgamento bom e mal; instrumento referências da cultura ocidental e moderna. Então, a docência artística pode ser deslocada como práticas inimagináveis, e talvez nem mesmos sendo possíveis de serem ditas, pois ela carrega questionamento dos seus próprios limites pedagógicos e didáticos.

Para Corazza (1998) a artistagem, como procedimento de investigação/experimentação, potencializa a operacionalização da análise de questões contemporâneas na área da educação.

Considerando que nossa trajetória é atravessada por experiências ligadas às diversas manifestações culturais do povo preto, utilizamos neste estudo trechos de músicas, obras literárias e filmes para retratar como a invisibilidade das questões étnico raciais marcou nossos corpos, mas também, para anunciar como a vivência da arte permitiu o reconhecimento da nossa realidade como pessoa preta.

A escrita desse trabalho articula os saberes da produção acadêmica com o vivido no cotidiano da escola, rua e de ouvir música do gênero rap na perspectiva de retratar a realidade das pessoas pretas. Esse atravessamento conectado ao referencial teórico pós crítico e ao currículo cultural da Educação Física, possibilita o debate acerca das questões étnico-raciais na direção de resistir contra o preconceito e apontar ações para subsidiar o debate das questões étnico-raciais, nas aulas de educação física, a fim de fomentar e fortalecer a educação antirracista na escola.

No Brasil a força cultural da música para o povo preto é representada na produção musical de vários artistas e grupos de rap. Um exemplo potente é o Racionais MC's, grupo que em 06 de março de 2025 recebeu o título de Doutores Honoris Causa pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nesta ocasião, essa renomada universidade do país reconheceu a relevância intelectual da obra do grupo e o respectivo impacto na atuação das pessoas e grupos na luta contra o racismo e desigualdades sociais no Brasil.

Para selecionar os materiais mapeados no levantamento bibliográfico para subsidiar a análise e discussão do trabalho buscando atender os objetivos propostos, estabelecemos a delimitação da unidade de leitura por meio das análises textual, temática e interpretativa e a síntese pessoal proposta por Severino (2002). A análise textual consiste em examinar as estruturas e elementos presentes nos textos, buscando identificar padrões de linguagem, categorias recorrentes e a organização das ideias. Já a análise temática tem como foco a escuta atenta do conteúdo exposto pelos autores, sem interferir diretamente, permitindo a identificação dos principais temas e sentidos que atravessam os textos. Nesse processo, o pesquisador formula perguntas ao texto, cujas respostas revelam o centro da mensagem transmitida. Por fim, a análise interpretativa representa um momento de maior envolvimento do pesquisador, ao assumir uma postura crítica diante das ideias apresentadas. Trata-se de ir além da leitura literal, estabelecendo um diálogo com os autores, relacionando suas contribuições com outras perspectivas e experiências, e ampliando o entendimento a partir da própria reflexão. Essa etapa permite aprofundar o sentido das produções acadêmicas analisadas, contribuindo para uma compreensão mais crítica e situada das relações étnico-raciais no campo da Educação Física escolar.

### **3.“EXU MATOU UM PÁSSARO ONTEM COM UMA PEDRA QUE SÓ JOGOU HOJE”: TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ANTIRACISTA E A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL VIA LEI 10.639/03**

Na tradução Iorubá, Exu é o principal agente na ordem das coisas. Esse ditado africano provoca a reflexão sobre o futuro, o presente e o passado, e o entendimento sobre o que vivenciamos hoje está diretamente relacionado ao passado, assim como no passado colonial e nas lutas dos negros pela liberdade.

A promulgação da Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003, representou uma vitória histórica dos movimentos negros brasileiros, que, por décadas, lutaram pelo reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira no espaço escolar. Segundo Lima, Falcão (2025) essa legislação alterou a LDB (Lei nº 9.394/96), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em toda a educação básica.

Na área da educação essa legislação representa uma medida de ação afirmativa porque sustenta o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar no sentido de “romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros” (GOMES, 2005, p. 20).

O estudo de Silveira e Júnior (2022) destaca que antes mesmo da existência dessa legislação, práticas de ensino e fortalecimento da cultura negra já eram cultivadas, principalmente em espaços de resistência como os terreiros de candomblé, Quilombos e movimentos ligados à propagação da cultura negra. Nesses locais, as crianças são empoderadas desde cedo, aprendendo, na prática, a valorizar suas raízes e sua história por meio da oralidade, da vivência e da coletividade. Para esses autores “as manifestações afro-brasileiras e indígenas foram por muito tempo marginalizadas nas práticas escolares, sendo ignoradas por uma tradição curricular eurocentrada” (SILVEIRA; ALVIANO JÚNIOR, 2022, p. 2). Esses autores destacam que essa obrigatoriedade visa reparar a histórica marginalização dos saberes afro-brasileiros e indígenas nas escolas, resgatando o protagonismo desses povos na formação cultural do país. Contudo, mais de duas décadas após sua promulgação, a efetivação da lei segue incompleta, especialmente no cotidiano das práticas pedagógicas e na formação de professores.

Antes mesmo da promulgação do aparato legal versando sobre as relações étnico-raciais, a sociedade civil manifesta suas inquietações sobre o racismo e a negação no reconhecimento dos traços identitários dos negros, por meio de ações de grupos, associações,

institutos e movimentos ligados ao povo preto, como também, por produções artísticas, literárias, acadêmicas e veiculação de informações nos meios de comunicação.

Há pelo menos 40 anos grupos e movimentos representativos lutam pela inserção do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo escolar. Em 1983 o Programa de Ação do Movimento Negro Unificado (MNU) já reivindicava a obrigatoriedade da abordagem desses conteúdos na escola. Um levantamento realizado pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra, em parceria com a Instituição Alana, junto a 1.187 secretarias de educação em todo o país denuncia que na região Sudeste do Brasil, 70% das escolas não oferecem o componente curricular sobre a história afro-brasileira, conforme prevê a lei 10.639 (BRASIL, 2003).

Na área da arte existem produções em diferentes segmentos como a música, cinema e teatro tematizando, questionando e denunciando a questão do racismo. Especificamente na música, artistas como o rapper (cantor e compositor), Baco Exu do Blues, consegue ilustrar com potência o reconhecimento identitário dos pretos ao anunciar na letra da música ‘Bluesman’:

A partir de agora considero tudo blues, o samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues, o funk é blues, o soul é blues, eu sou Exu do Blues. Tudo que quando era preto era do demônio, e depois virou branco e foi aceito, eu vou chamar de blues. É isso, entenda, Jesus é blues, falei mermo. (BACO EXU DO BLUES, 2018).

Assim como ocorreu com o blues, o rock, o jazz e até mesmo com a imagem de Jesus Cristo, elementos fundamentais da cultura negra são apagados ou apropriados por outras culturas, retirando dos negros o protagonismo de suas próprias criações. (CABRAL; MARTINS; FRANÇA, 2022).

Nessa trilha o intelectual e ativista jamaicano, Marcus Garvey, já alertava: “Um povo sem conhecimento da sua história é como uma árvore sem raízes” (NOVA RESISTÊNCIA, 2017). Nesse sentido, a ausência de um ensino efetivo sobre a história e cultura afro impede o fortalecimento identitário de jovens e crianças negras.

No âmbito da produção intelectual sobre as questões do povo negro no Brasil, Lélia Gonzalez é uma referência no país. Em sua obra “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), aponta uma análise crítica referente às formas que o racismo se estrutura na sociedade brasileira, ligando-se diretamente com as relações de gênero e classe. Ademais, a autora desmistifica a falsa crença da democracia racial, presente no Brasil afirmando que essa ideia,

na verdade, serve para disfarçar e naturalizar as desigualdades raciais, mantendo uma lógica de exclusão e de inferiorização da população negra (GONZALEZ, 1984).

Gonzalez (1984), destaca que o racismo no Brasil pode ser entendido como uma espécie de neurose cultural, que está profundamente enraizada no dia a dia, nos discursos sociais e nas instituições. Essa neurose funciona na base da negação da existência do racismo, ao mesmo tempo em que reforça estigmas, estereótipos e hierarquias baseadas na cor da pele.

Esse cenário de descaso com as questões étnico-raciais representa as situações vivenciadas na nossa trajetória pessoal e de estudos, no âmbito da educação básica e ensino superior. Isso significa que mesmo com a promulgação da lei 10.639/2003 instituindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, se faz necessário a continuidade das ações dos grupos e movimentos negros para a conscientização, mobilização e transformação social para o enfrentamento do racismo estrutural na sociedade brasileira. A participação em projetos e atividades disseminadas por esses grupos foi a porta de entrada para a nossa compreensão das situações de racismo que sofremos na nossa trajetória.

Escrever, portanto, torna-se um ato de existir, como aponta o poeta e rapper carioca Thiago Elniño na música “Pedagoginga”: “Nem todo livro foi feito pra livrar, depende da história contada e também de quem vai contar” (ELNIÑO, 2017). Esse verso reforça a necessidade de questionarmos: quem está contando a história da população negra nas escolas brasileiras? E quais histórias estão sendo (ou deixando de ser) contadas?

Assim, a efetivação da Lei 10.639/03 é, ainda hoje, um desafio que demanda comprometimento político, ético e pedagógico, para que a educação seja um espaço real de emancipação, e não apenas de inclusão formal.

### **3.1. A trajetória da educação étnico-racial no ambiente escolar: “Aqui quem fala é o primo preto, mais um sobrevivente” (Racionais, 1997)**

As desigualdades raciais que ainda marcam a sociedade brasileira têm raízes profundas em um histórico de exclusão que se estende por diversas instituições, inclusive a escola. A educação, que deveria funcionar como um instrumento de transformação e justiça social, muitas vezes contribui para a manutenção dessas desigualdades, impactando de maneira direta a trajetória de estudantes negros, especialmente os que vivem em regiões periféricas.

Estudos, artigos e notícias demonstram a marcante desigualdade social e racial no ensino superior. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), apenas

36,7% dos jovens brancos entre 18 e 24 anos frequentavam as salas de aula, com 29,2% destes no ensino superior. Entre os jovens pretos ou pardos, esse percentual caía para 26,2%, com somente 15,3% cursando o ensino superior (IBGE, 2023). Essa diferença também se manifesta em dados recentes divulgados pelos jornais: em 2023, apenas 16,4% dos jovens pretos e pardos de 18 a 24 anos estavam matriculados no ensino superior, ao passo que entre os jovens brancos essa taxa chegava a 29,5% (O Globo, 2024). Esses dados ilustram as discrepâncias no acesso ao ensino superior, considerando a cor da pele e evidenciando as mazelas nas oportunidades entre esses grupos raciais. Esse descompasso educacional reverbera no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE, no último trimestre de 2024, o desemprego entre pessoas brancas foi de 4,9%, enquanto entre pretos e pardos alcançou 7,5%.

Essa exclusão histórica da população negra do espaço acadêmico, muitas vezes tratada como objeto de estudo, também é retratada nas produções artísticas. Na música Boa Esperança, o rapper Emicida denuncia essa problemática de forma direta: “Há quanto tempo nos se fod\* e tem que rir depois? Pique Jackass, mistério tipo Lago Ness, sério és, tema da faculdade em que não pode pôr os pés” (EMICIDA, 2015). A letra evidencia a contradição entre ser pauta constante nas discussões universitárias, sem, no entanto, ter o acesso pleno e garantido a esses espaços.

Essa realidade, embora registrada em levantamentos recentes, já era expressa nas produções culturais periféricas desde os anos 1990. Em sua música “Capítulo 4, Versículo 3”, o grupo Racionais MC’s denuncia:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros. A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo (Brown, 2018).

A voz da periferia expõe a desigualdade que os números de pesquisas recentes apenas confirmam. A relação entre a arte e as estatísticas evidenciam que a desigualdade vivida pela população negra não é novidade, mas sim uma ferida antiga, muitas vezes ignorada ou silenciada pela sociedade.

Essas informações revelam como o racismo estrutural se manifesta desde a infância, passando pelo ambiente escolar e chegando ao mundo do trabalho. Mas os efeitos não são apenas econômicos, eles atingem também o bem-estar emocional, físico e psicológico das crianças. Um estudo da Universidade de Harvard, divulgado pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI, 2021), mostra que o racismo tem impactos profundos no desenvolvimento infantil. O estresse gerado pela vivência constante da discriminação afeta diretamente o cérebro e outros

sistemas biológicos em formação, prejudicando a aprendizagem, o comportamento e até mesmo a saúde ao longo da vida. Mesmo quando a condição socioeconômica é semelhante, crianças negras e indígenas apresentam mais problemas de saúde crônicos e menor expectativa de vida do que crianças brancas. A mesma cartilha destaca ainda os efeitos do racismo sofrido pelos pais, que, emocionalmente sobrecarregados, podem ter dificuldades na relação com os filhos, o que repercute no desenvolvimento das crianças.

Diante desse cenário, a escola tem um papel central na luta contra o racismo e na valorização da diversidade étnico-racial. A Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, foi um avanço importante. No entanto, sua efetiva aplicação ainda encontra barreiras, especialmente no cotidiano das salas de aula e na formação dos professores. Por muito tempo, o currículo escolar ignorou as contribuições dos povos africanos e indígenas, reforçando estereótipos e enfraquecendo o sentimento de pertencimento de estudantes negros.

É justamente para superar essa realidade de apagamento da história do povo preto que é urgente as redes de ensino na educação básica colocarem em prática a abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme previsto na legislação. Essa temática deve atravessar todos os componentes curriculares obrigatórios nas etapas da educação infantil, ensino fundamental e médio com o propósito de potencializar práticas pedagógicas voltadas para a valorização dos saberes e da construção de identidade do povo preto.

A Educação Física, por exemplo, tem se mostrado um espaço de acolhimento e reconhecimento para muitos jovens negros, sobretudo nas periferias. A vivência corporal, nesses casos, pode se tornar um canal potente de afirmação e resistência, em muitos momentos, foi o único ambiente dentro da escola onde seus corpos foram celebrados e suas habilidades reconhecidas.

Essa sensação de acolhimento dialoga diretamente com a força da cultura negra, como mostra a fala do rapper Tiago Elniño: “Pra mim falaram que o preto não tem vez, o que o hip hop fez veio e me disse o contrário. A escola sempre reforçou que eu era feio, o hip hop veio e disse: tu é bonito pra caralho” (ELNIÑO, 2017). Esse trecho da música evidencia como a escola, ao replicar o racismo estrutural, contribui para a perda da autoestima de jovens negros. Em contrapartida, expressões culturais como o hip hop e práticas pedagógicas inclusivas, como uma Educação Física que valoriza a identidade, podem servir como ferramentas poderosas para a reconstrução subjetiva desses jovens.

Logo, resgatar o potencial das aulas de educação física como espaço de valorização da identidade negra é um passo importante para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua história e do seu valor.

O estudo de Silva (2018), reforça essa perspectiva ao evidenciar que a escola brasileira ainda opera a partir de um currículo eurocêntrico, o que implica diretamente na reprodução do racismo institucional. A negligência em abordar a diversidade étnico-racial de forma estruturante contribui para as práticas discriminatórias que se perpetuam nas interações cotidianas e nas escolhas pedagógicas docentes. Essa invisibilidade afeta diretamente o processo de identificação dos estudantes negros com o ambiente escolar, resultando em evasão, baixa autoestima e sentimento de exclusão.

A produção acadêmica aponta que mesmo com a Lei 10.639/03 e a BNCC (BRASIL, 2017) indicando a valorização da diversidade étnico-racial, há uma lacuna entre o que está nos documentos e o que efetivamente ocorre nas escolas. Segundo Pereira e Corrêa (2024), os conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira ainda são tratados como tópicos acessórios, geralmente abordados apenas em datas comemorativas, sem continuidade e sem conexão com o projeto político-pedagógico das instituições. Essa prática fragmentada e episódica dificulta a construção de uma consciência crítica e antirracista no cotidiano escolar.

No campo da Educação Física, Monteiro e Anjos (2020) mostram que, apesar de alguns avanços na produção científica sobre identidade étnico-racial, o número de pesquisas ainda é limitado e concentrado em poucos espaços acadêmicos. Além disso, muitos professores não se sentem preparados para trabalhar com temas raciais nas aulas de corpo e movimento, o que reforça a importância de investir em políticas de formação docente que articulem as dimensões históricas, culturais e políticas da negritude com os conteúdos da educação física escolar. Somente assim será possível romper com o ciclo de exclusão e construir uma escola verdadeiramente antirracista.

Os dados apresentados até o momento propõem uma reflexão sobre a caminhada da educação étnico-racial no cenário escolar no sentido de preparação do terreno para a próxima discussão, que aborda de forma mais aprofundada o papel da Educação Física no combate ao racismo e na construção da equidade.

### **3.2. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação das relações étnico-raciais: Sangue, suor e lágrimas**

“Me sinto um livro, carrego a história em mim” (Djonga, Guedes, Tauá, 2017)

A criação da BNCC foi legitimada e discutida com base nos princípios da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 210, estabelece a obrigatoriedade da fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental. Assim, a base surge como um documento orientador para as práticas pedagógicas em todo o território nacional, contemplando, entre outros aspectos, a valorização da diversidade étnico-racial (BRASIL, 1988; BRASIL, 2017).

No âmbito da Educação Física, a BNCC orienta que as práticas pedagógicas devem promover a valorização da diversidade cultural e das manifestações corporais de diversos grupos sociais, reconhecendo práticas tradicionais, locais, regionais e de diferentes matrizes, incluindo a africana. O estudo de Lima; Falcão (2025) destaca a abordagem superficial da temática étnico racial nas aulas de educação física escolar, porque ocorre somente no período das datas comemorativas ao dia da consciência negra e dia dos povos indígenas. Vale destacar que em dezembro de 2023 foi publicada a lei 14.759/23 que tornou o dia 20 de novembro como feriado nacional denominado como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A origem dessa proposta aconteceu em 2021, via projeto do Senado (PL 3268/21), com o objetivo de fortalecer o reconhecimento dos mais de 300 anos da população escravizada no Brasil e a necessidade de superação do racismo estrutural<sup>4</sup>.

Essa abordagem evidencia que, na maior parte das vezes, o conteúdo da educação étnico-racial na BNCC visa meramente atender às determinações jurídicas, sem promover práticas que visam realmente transformar e integrar os alunos. Dito isso, as escolas priorizam o cumprimento de avaliações institucionais não se preocupando com o processo de desenvolvimento crítico e humano dos estudantes.

A própria estrutura da BNCC carrega incoerências no que diz respeito à promoção efetiva de uma educação antirracista. A frase “não basta incluir, é preciso emancipar” (BRASIL, 2018) sintetiza a necessidade de avançarmos para além da simples inserção de conteúdos, buscando uma educação de fato que valorize de forma plena a identidade negra.

---

<sup>4</sup> Segundo os estudos de Conceição Evaristo que compreende o racismo estrutural a partir de uma perspectiva que entrelaça literatura, memória coletiva e crítica social, o racismo não se limita a comportamentos individuais, mas se constitui como um mecanismo histórico e sistêmico que estrutura as desigualdades sociais no Brasil. Para a autora, as marcas da escravidão permanecem vivas e moldam as relações sociais contemporâneas, reproduzindo a marginalização da população negra, especialmente das mulheres (EVARISTO, 2020).

É fundamental, portanto, que a base não seja apenas um documento normativo, mas um instrumento que oriente escolas e professores a desenvolverem práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a transformação da sociedade.

Estudos recentes reforçam a crítica à superficialidade com que a BNCC tem sido implementada no que se refere à promoção das relações étnico-raciais. O estudo de Santos; Brandão (2018) argumentam que, apesar de a BNCC mencionar a diversidade cultural em suas competências gerais, o tratamento dado ao tema é superficial e contraditório, já que o currículo permanece estruturado por habilidades e competências voltadas à lógica neoliberal. Segundo os autores, essa estrutura dificulta a valorização real das identidades culturais, pois os conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial, como danças, brincadeiras e lutas de matrizes africanas e indígenas, aparecem apenas pontualmente no documento. Isso evidencia que o reconhecimento da diversidade étnico-racial ainda é tratado mais como uma exigência normativa do que como um compromisso pedagógico consistente com a transformação da prática escolar.

O estudo de Pires; Souza (2015) com professores de educação física de escolas municipais destacou que o desconhecimento da lei nº 10.639/03 pelos docentes ainda é alarmante, mesmo após mais de uma década de sua promulgação. A maioria dos docentes entrevistados não sabia da existência da legislação, ou a conhecia apenas superficialmente, sem saber como aplicá-la nas aulas. Segundo as autoras, essa lacuna revela uma responsabilização individual dos professores pela efetivação da lei, mas sem a devida formação teórica e pedagógica. Além disso, fatores como ausência de materiais didáticos, infraestrutura precária e invisibilidade da temática nos currículos locais dificultam ainda mais o processo de ensino da cultura afro-brasileira. Esses dados evidenciam a urgência de políticas públicas que promovam formação docente crítica e contínua, capaz de transformar a Educação Física em um espaço de valorização das identidades negras e de combate ao racismo.

Segundo Cunha, Amorim Júnior e Andrade-Duvernoy (2021) a BNCC, menciona a educação para as relações étnico-raciais de maneira superficial e ambígua, com orientações “reducionistas e pouco claras”, que não promovem práticas verdadeiramente integradoras nas escolas. Os autores argumentam que a BNCC retrocede nos avanços conquistados pelo Movimento Negro brasileiro, tratando a temática como uma exigência burocrática, desvinculada da formação crítica e cidadã. Enquanto o Parecer CNE/CP nº 003/2004 reconhece a urgência de ações afirmativas na educação, a BNCC delega essa responsabilidade exclusivamente às escolas e redes de ensino, sem apresentar diretrizes claras ou compromissos efetivos. Essa lacuna evidencia uma tentativa de neutralização curricular, que, em vez de

enfrentar o racismo estrutural, silencia as disputas históricas e invisibiliza as especificidades dos povos afrodescendentes e indígenas, como denunciam os autores ao analisarem o esvaziamento dos termos e da intencionalidade política no texto da BNCC.

Concordamos com a crítica dos autores supracitados, que apontam a superficialidade da implementação da BNCC quando se trata da promoção da diversidade étnico-racial, assim como vivenciamos em nossa trajetória escolar na educação básica e ainda presenciamos no ensino superior.

Esse cenário retrata a falta de formação continuada para qualificar a prática pedagógica dos/as docentes tanto na educação básica quanto no ensino superior na abordagem das questões étnico-raciais. Na graduação, por exemplo, o acesso às discussões sobre a cultura afro-brasileira e o racismo ocorreu como atividade opcional, oferecida nos Módulos Interdisciplinares de Formação (MIF's) e disciplinas eletivas. Os poucos momentos de abordagem do tema tinham como público apenas estudantes que já se interessavam por essas questões, na sua maioria pessoas negras. Em muitos desses momentos, tivemos a sensação de que estávamos 'gritando dentro de uma bolha', falando de nós para nós mesmos.

Essa vivência reforça a urgência de uma formação inicial e continuada que vá além do caráter pontual e opcional, inserindo de forma estruturada e obrigatória a discussão das relações étnico-raciais nos currículos de licenciatura. Na educação física escolar o estudo de Coelho; Coelho (2018) destaca que mesmo após a promulgação da Lei 10.639/03, ainda são escassas as iniciativas concretas que integram a temática racial na formação docente, dificultando o enfrentamento do racismo nas práticas educativas.

Assim, mesmo com menções à diversidade étnico-racial nos documentos oficiais, como a BNCC, as ações implementadas nas instituições formadoras e nas escolas, são insuficientes, sem um real e eficaz compromisso com a transformação das práticas escolares e a promoção de uma educação verdadeiramente antirracista.

### **3.3 - A educação física escolar como espaço de acolhimento e resistência: Ouro marrom**

“Que essa pele Marrom suba o tom se for preciso  
muito além dessa dor  
bem mais amor  
eu sei pelo que brigo”.  
(Jota.Pê, 2024)

A escola nunca foi um espaço neutro ou igualitário. Durante muito tempo, negros e brancos sequer podiam estudar no mesmo ambiente (BARROS, 2016). Mesmo após avanços

legais e constitucionais, ainda carregamos os resquícios dessa exclusão, sobretudo, nas experiências vividas pelos estudantes negros.

Para muitas pessoas a escola não foi um espaço de reconhecimento, mas sim de silenciamento. Lembrar da infância é também recordar as violências que sofremos: apelidos racistas, ausência de referências negras nos livros didáticos, olhares desconfiados de professores, falta de escuta. No entanto, havia um momento em que nos sentíamos verdadeiramente pertencentes às aulas de educação física. Ali, éramos vistos. Não por nossa cor, não por estereótipos, mas por nossas habilidades, força, criatividade e agilidade. No esporte, éramos destaque. Era o único momento da rotina escolar em que éramos exaltados por nossos colegas. E isso nos dava fôlego para continuar. A Educação Física, para além do exercício corporal, funcionava como um refúgio, um território de resistência, um espaço onde éramos protagonistas.

Esse sentimento de protagonismo, no entanto, vinha acompanhado da percepção de que o reconhecimento só era possível dentro de certas narrativas, na maioria das situações com restrições. Isso dava a entender que somente por meio do esporte poderíamos conquistar respeito e aceitação. Esse sentimento fica evidente no verso da música “O Mundo Dá Voltas”, de Rodriguinho e MV Bill: “Queria ter o meu lugar ao sol, ser um artista ou um jogador de futebol, achava que era só assim que iriam me aceitar, achava que tinha nascido fora de lugar” (RODRIGUINHO; MV BILL, 2017). Essa realidade vivenciada pela maioria das pessoas pretas na escola e em tantas outras situações do cotidiano, que também é expressada com maestria em versos de músicas, anunciam o preconceito vivenciado pela juventude negra que para ser visto e valorizado precisa ter destaque em atividades esportivas e ou artísticas e mesmo assim ainda é rotulado. Essa realidade reforça a necessidade da valorização das práticas corporais e culturais do povo preto nas escolas.

Mais do que desenvolver habilidades motoras, a educação física pode e deve ser um espaço de acolhimento e de fortalecimento do vínculo entre os estudantes e a escola. Quando desenvolvida com sensibilidade, ela tem o potencial de proporcionar vivências que tocam não só o corpo, os sentimentos e a identidade dos alunos.

Como afirma Rodrigues; Rossi (2024, p. 132) as aulas de educação física são “ambientes cruciais para a problematização das estruturas de poder que estabelecem hierarquias raciais, moldam identidades e podem contribuir com essa auto afirmação das culturas negras”. Isso reforça a importância de uma prática pedagógica que vá além da técnica, criando um ambiente onde todos possam se expressar e se sentir verdadeiramente parte do coletivo. Nesse contexto, o papel do professor ganha ainda mais relevância: é ele quem pode transformar a aula

em um ambiente de diálogo, onde a diversidade étnico-racial é compreendida não como obstáculo, mas como uma potência norteadora na formação do caráter de cada indivíduo.

O professor, portanto, tem um papel crucial nesse processo. Sua formação inicial deve ser rica em perspectivas críticas e inclusivas, mas é na sua formação continuada que se constrói o compromisso com uma prática antirracista. É preciso que esse profissional compreenda que o corpo do aluno negro, carrega histórias, ancestralidade, traumas e potências, e que sua atuação pode ser o ponto de virada na vida desses sujeitos.

Nesse sentido, é fundamental que os professores estejam preparados para promover uma prática pedagógica que considere as realidades dos estudantes, suas histórias e a sua identidade. Segundo argumentam Vieira Júnior; Ananias (2023) apesar dos avanços, ainda existem fragilidades na formação inicial e continuada de professores de Educação Física e um desconhecimento dos professores sobre a Lei 10.639/03. Logo, adaptar práticas e construir estratégias de ensino inclusivo é um caminho essencial para que todos os estudantes sejam verdadeiramente contemplados.

Um exemplo disso pode ser visto no filme *Coach Carter - Treino para a Vida* (2005), que retrata a atuação de um treinador negro em uma escola marcada por conflitos sociais, raciais e baixa autoestima dos alunos, em sua maioria negros. O professor Carter, mais do que ensinar basquete, ensina valores, disciplina e a importância do estudo, tornando-se uma figura de referência para jovens que nunca haviam sido estimulados a acreditar em si mesmos. Sua presença muda trajetórias, e esse é o papel de um educador comprometido com a transformação social.

Nesse mesmo caminho, a Carta de Salamanca (1994) se apresenta como um documento fundamental para pensar a inclusão na educação. Embora tenha como foco crianças com deficiência, seu princípio central é o combate a qualquer forma de exclusão, afirmando que escolas inclusivas são aquelas que acolhem todas as crianças, independentemente de suas condições, e se adaptam às suas necessidades. Essa lógica deve ser ampliada também às questões étnico-raciais.

Entendemos que a educação física, como parte fundamental do currículo escolar, possui potencial para abordar e valorizar as culturas africanas e afro-brasileiras. Quando orientada por uma perspectiva antirracista, essa área pode colaborar de forma ativa no enfrentamento à discriminação racial e na promoção da inclusão social da população negra. Entretanto, isso exige uma postura comprometida do professor. É necessário romper com visões preconceituosas ainda presentes no imaginário social, propondo reflexões que levem os

estudantes a uma nova leitura das relações raciais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Uma prática pedagógica comprometida com essa transformação pode incorporar nas aulas manifestações culturais de matriz africana, como danças, jogos, brincadeiras e lutas, reconhecendo sua relevância histórica na formação da identidade brasileira e valorizando seus significados ancestrais. Esse tipo de abordagem fortalece a autoestima dos estudantes negros, e amplia o repertório cultural de toda a turma.

Para que isso se efetive, é essencial que os professores façam uma autocrítica constante de suas práticas e discursos. Superar o racismo estrutural dentro da escola começa com o reconhecimento de que ele existe, não importa se o professor é negro ou branco: seu compromisso precisa ser com a transformação, com a reparação histórica e com a valorização da cultura negra como parte indissociável do projeto educativo brasileiro.

Como diz o verso da música Negro Drama do grupo de rap Racionais MC's "Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor." (RACIONAIS MC'S, 1997). Mas como ser duas vezes melhor, se partimos de um lugar que está cem vezes atrás? Desvantagem marcada pela escravidão, história enviesada sobre o provo preto, preconceito, psicoses, ausências? A frase, que parecia ser uma lição de força, muitas vezes machuca porque naturaliza a desigualdade. Não deveríamos ter que ser duas vezes melhores para sermos respeitados. Deveríamos ser apenas o que somos, e isso já deveria ser o bastante.

A escola precisa entender que o ser humano produz cultura desde suas origens. Não se pode pensar o hoje sem compreender o ontem. Quem vive o presente carrega as raízes do passado e, por isso, a construção de uma escola democrática e inclusiva exige o reconhecimento das culturas que foram historicamente apagadas.

É nesse sentido que a Educação Física pode ser a ponte para a construção de laços de pertencimento. Laços que não tivemos na infância, mas que começamos a construir quando nos descobrimos negros na escola e nos empoderamos na universidade.

A proposição da valorização e reconhecimento das manifestações culturais das pessoas negras é um caminho para potencializar a EREER nas escolas e nas aulas de educação física na direção de promover sentimento de pertencimento. Nesse sentido a escola e as aulas de educação física se tornam espaços de resistência para os estudante, porque possibilita o encorajamento para desatar as amarras e o apagamento da sua identidade, conforme destaca a letra do rapper Djonga, "Pus minhas correntes, agora eu me sinto livre, me sinto um livro, carrego a história em mim" (SOUZA; GUEDES; TAWÁ; DJONGA, 2018).

Somos livros vivos impregnado por escritas vividas e experimentadas corporalmente nas dimensões física, psicológica, emocional, sentimental e social, narrando histórias que tentaram apagar, mas aos poucos, com luta e resistência construímos caminhos para recontar a história com orgulho, força e noção de pertencimento.

Dito isso, este estudo busca contribuir para a reflexão crítica acerca do papel da Educação Física como espaço de resistência, valorização da cultura negra e de combate ao racismo no ambiente escolar. Por meio da análise de práticas pedagógicas, referenciais teóricos e vivências particulares, destacamos como essa disciplina pode promover o reconhecimento da identidade negra, muitas vezes negada, inclusive durante a formação acadêmica, fortalecer vínculos e construir um ambiente escolar mais inclusivo.

Ademais, dialogamos com a lei 10.639/03, ressaltando sua importância no cotidiano escolar e problematizando os desafios para sua efetiva aplicação, especialmente quando se limita a ações pontuais em datas comemorativas.

Este trabalho também se propõe a inspirar educadores a repensarem suas práticas, oferecendo caminhos para a construção de uma educação física antirracista, que valorize manifestações historicamente marginalizadas por serem diretamente ligadas à cultura preta. Defendemos que, para além do desenvolvimento das habilidades físicas, é fundamental que a população negra seja reconhecida por sua história e identidade, contribuindo assim para a construção de uma escola mais justa e representativa.

Por fim, reforçamos a urgência de repensar a formação docente e qualificar a prática pedagógica, de modo que essas discussões por nós apresentadas estejam presentes no cotidiano escolar de forma contínua. O diálogo com a proposta do currículo da Educação Física cultural é um caminho para potencializar a tematização das questões étnico raciais nas aulas de educação física escolar. No entanto, para isso é necessário que os professores tenham formação para pensar a sua prática pedagógica alinhada aos princípios e procedimentos didáticos do currículo cultural da educação física.

#### **4. CAMINHOS PARA A ABORDAGEM DAS QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: POSSO MUDAR MEU DESTINO**

Não seja cego jovem negro  
não sinta medo jovem negro  
sem desespero jovem negro  
você pode escolher o seu caminho.  
(Leall; Tarcis, 2021)

Nesta seção apresentamos as temáticas abordando a interface entre a educação física escolar, relações étnico-raciais e a formação e atuação docente, especificamente a partir do período pós promulgação da primeira versão da BNCC (BRASIL, 2017).

Para contextualizar essa análise utilizamos três estudos (Leal, Eugênio e Brito, 2024; Monteiro e Anjos, 2020; Pereira e Corrêa, 2024) que apresentaram uma revisão da literatura produzida sobre o tema ao longo das duas décadas iniciais do século XXI.

A revisão integrativa realizada por Leal, Eugênio e Brito (2024) constitui um dos principais referenciais desta análise. O artigo investigou a produção acadêmica entre 2012 e 2022, utilizando descritores como “negro” e “Educação Física escolar”. Os autores constataram que apesar do crescimento no número de publicações, os estudos ainda se concentram em abordagens teóricas e descritivas, com pouca ênfase na prática pedagógica efetiva e nas políticas de formação docente antirracista. Outro ponto identificado foi a predominância de textos produzidos por autores da região Sudeste e vinculados a programas de pós-graduação com tradição na discussão étnico-racial.

No mesmo sentido, o trabalho de Monteiro e Anjos (2020), contribui para o entendimento do estado da arte da produção científica sobre identidade étnico-racial na Educação Física. Os autores analisaram revistas brasileiras da área e apontaram que a maioria das publicações se concentra na discussão teórica dos conceitos de raça e racismo, sendo menos comuns os estudos voltados para a prática docente e os contextos escolares. Isso evidencia a necessidade de fortalecer investigações que articulem teoria e prática, de modo a contribuir com a formação crítica dos professores.

Já o estudo de Pereira e Corrêa (2024) examinou especificamente a aplicação da Lei 10.639/03 no contexto da Educação Física escolar. Os autores ressaltam que a maioria dos professores ainda lida com dificuldades para incorporar os conteúdos afro-brasileiros em suas aulas de maneira estruturante. A abordagem frequentemente se limita ao mês de novembro, sem transversalidade com os demais conteúdos curriculares. Essa constatação reforça a importância

da formação inicial e continuada dos docentes, bem como da existência de políticas públicas que incentivem práticas pedagógicas antirracistas.

Por fim, o trabalho de Mendonça, Freire e Miranda (2020) realiza uma revisão integrativa de teses e dissertações sobre o tema. A pesquisa identificou um número ainda pequeno de produções acadêmicas dedicadas à Educação Física escolar e às relações étnico-raciais, mesmo após a promulgação da BNCC. Embora haja avanço em termos de reconhecimento da importância da temática, permanece o desafio de transformar esse reconhecimento em ações concretas no cotidiano escolar.

O quadro abaixo apresenta o mapeamento da produção acadêmica publicada em periódicos da área Educação Física, Qualis A, B ou C, no período pós publicação da primeira versão da BNCC (BRASIL, 2017). Considerando as temáticas abordadas nessa produção em diálogo com os conceitos balizadores acerca das questões étnico-raciais, apontamos reflexões que emergiram no sentido de contribuir com a abordagem da temática no processo de formação inicial e continuada dos professores de educação física escolar.

Quadro 1 – Mapeamento da produção acadêmica sobre as questões étnico-raciais no período pós publicação da primeira versão da BNCC.

Q	Autor/Ano	Publicação	Revista	Área periódico
1	Lima; Falcão (2025)	Desafios docentes nas aulas de Educação Física: relações étnico-raciais e práticas lúdicas	Pensar a Prática	Educação Física
2	Rodrigues; Rossi (2024)	Relações étnico-raciais e africanidades na educação física escolar: reflexões sobre os saberes docentes	Motricidades	Educação Física
3	Ricardo; Conceição; Wittizorecki (2024)	Futebol na Educação Física escolar: possíveis diálogos com gênero e raça	Motrivivência	Educação Física
4	Jesus; Costa; Dias; et al. (2023)	Desigualdades de cor/raça na disponibilidade de instalações para a prática de atividades físicas e esportes nas escolas públicas de educação básica do Brasil	Revista Brasileira de Ciência do Esporte/(RBCE)	Educação Física
5	Silveira; Alviano Júnior (2023)	Desigualdade racial no Brasil: desafios contemporâneos para o trabalho do professor de Educação Física	Motrivivência	Educação Física
6	Silveira; Alviano Júnior (2022)	Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento	Práxis	Educação Física

7	Correa; Rodrigues (2021)	Reconhecer para enfrentar: práxis pedagógicas antirracista na educação física escolar	Motricidades	Educação Física
8	Grisson; Gasparotto; Ferreira; Packer (2020)	Relações étnico-raciais na Educação Física escolar: estado da arte em teses e dissertações brasileiras	Coleção Pesquisa em Educação Física	Educação Física
9	Gonçalves; et al. (2020)	Currículo, Diversidade Étnico-Raciais e Educação Física.	Brazilian Journal of Development	Educação Física
10	Pomin; Café (2020)	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira	Motrivivência	Educação Física
11	Mendonça; Freire; Miranda (2020)	Relações étnico-raciais e Educação Física escolar: uma revisão integrativa de teses e dissertações.	Motrivivência	Educação Física
12	Bravallheri (2020)	Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: a Educação Física na cultura corporal do movimento.	Motrivivência	Educação Física

Fonte: Elaborado pelos autores após consulta nos bancos de dados previsto na metodologia.

Destacamos a relevância da Revista Motrivivência, que se consolidou como um dos periódicos mais sensíveis e engajados na abordagem das questões étnico-raciais na Educação Física. Sua contribuição é fundamental para dar visibilidade às práticas, saberes e resistências do povo negro, configurando-se como espaço de difusão acadêmica comprometida com a justiça racial.

No procedimento do levantamento bibliográfico mapeamos 12 artigos abordando as questões étnico-raciais na Educação Física escolar. Todos esses estudos foram publicados em periódicos da Educação Física. A definição das cinco categorias, destacadas no quadro abaixo, ocorreu após o procedimento das análises textual, temática e interpretativa proposta por Severino (2002):

Quadro 2: Categorias temáticas investigadas na produção acadêmica sobre as questões étnico-raciais na educação física escolar

Categorias temáticas	Publicações
Formação de professor	Relações étnico-raciais e africanidades na educação física escolar: reflexões sobre os saberes docentes
	Desigualdade racial no Brasil: desafios contemporâneos para o trabalho do professor de Educação Física
	Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento
	Relações étnico-raciais e Educação Física escolar: uma revisão integrativa de teses e dissertações.

Práticas docentes e experiências pedagógicas (atuação)	Desafios docentes nas aulas de Educação Física: relações étnico-raciais e práticas lúdicas
	Futebol na Educação Física escolar: possíveis diálogos com gênero e raça
	Reconhecer para enfrentar: práxis pedagógicas antirracista na educação física escolar
Conteúdos nas aulas de educação física na abordagem das questões étnico raciais	Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: a Educação Física na cultura corporal do movimento.
	Reconhecer para enfrentar: práxis pedagógicas antirracista na educação física escolar
	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira
Currículos da educação física e diversidade cultural	Relações étnico-raciais na Educação Física escolar: estado da arte em teses e dissertações brasileiras
	Currículo, Diversidade Étnico-Raciais e Educação Física
	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira
	Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: a Educação Física na cultura corporal do movimento
Produções acadêmicas no combate ao racismo na educação física	Desigualdades de cor/raça na disponibilidade de instalações para a prática de atividades físicas e esportes nas escolas públicas de educação básica do Brasil
	Relações étnico-raciais e Educação Física escolar: uma revisão integrativa de teses e dissertações.

Fonte: Elaborado pelo autor e autora considerando os critérios de análise temática.

Identificamos quatro trabalhos versando acerca da categoria “formação de professor”: Rodrigues; Rossi (2024), Silveira; Alviano Júnior (2023), Silveira; Alviano Júnior (2022), Monteiro; Mendonça; Freire; Miranda (2020) discutindo aspectos relacionados às fragilidades, desafios e a importância da formação inicial e continuada do docente para que ele esteja pronto para o enfrentamento do racismo dentro das aulas de educação física.

Observamos em três estudos (Lima; Falcão (2025), Ricardo; Conceição; Wittizorecki (2024), Correa; Rodrigues (2021)), dialogando com “práticas docentes e experiências pedagógicas”, analisando práticas, estratégias e relatos de professores referente às ações que promovem uma educação física antirracista.

Sobre a temática “conteúdos nas aulas de educação física na abordagem das questões étnico-raciais” encontramos três investigações (Bravalheri,2020; Corrêa e Rodrigues, 2021 e Pomin e Café ,2020), anunciando a importância de repensar as práticas pedagógicas para que

incluam, de forma crítica e contextualizada, manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas, rompendo com a lógica eurocêntrica historicamente presente no componente curricular.

Outras quatro investigações: Grison; Gasparotto; Ferreira; Packer (2020), Gonçalves; et al. (2020), Pomin; Café (2020) e Bravalheri (2020), desenvolveram a temática “currículos da educação física e diversidade cultural”, trazendo a reflexão acerca da necessidade de mudanças efetivas do currículo, para que assim, a cultura africana e indígena seja de fato incluída, desde o ensino fundamental até nos cursos de graduação.

Também notamos duas publicações (Jesus et al,2023 e Mendonça; Freire; Miranda, 2020) versando sobre as “produções acadêmicas no combate ao racismo na educação física” que mapearam por meio da análise quanti-qualitativa os retrocessos e avanços acerca das pesquisas voltadas para essa temática.

Considerando esse mapeamento apresentamos em três cenas as temáticas que emergem na produção acadêmica na área da educação física alinhadas às questões étnico-raciais que podem potencializar a formação e atuação docente para qualificar a prática pedagógica dos professores/as na abordagem dessa temática na escola.

#### **4.1 Racismo vivenciado nas aulas e invisibilização de identidades: Lágrimas de Odé**

“Ainda criança eu vi o que o sistema reservou pros pretos” (Coruja, 2019)

O verso entoado ecoa os silenciamentos, as dores e as desigualdades que marcam as vivências escolares de crianças negras. Dentro da educação física escolar, essas marcas ganham corpo em diversas práticas e omissões que invisibilizam suas identidades e limitam suas experiências corporais. O estudo de Jesus et al. (2023) revela como o racismo estrutural se manifesta no próprio espaço escolar, inclusive nas condições materiais oferecidas para a prática da educação física. Ao analisarem escolas públicas de educação básica no Brasil, os autores identificaram que instituições com maior número de estudantes pretos e pardos apresentam uma infraestrutura inferior quando comparados com aquelas com menor presença de alunos negros. Essa desigualdade compromete diretamente o acesso a experiências corporais significativas, revelando um cenário de invisibilização das identidades negras no cotidiano escolar. Como afirmam os autores, a condição racial é transformada em desigualdade na estrutura da escola, gerando como possíveis impactos menos acesso às práticas de atividades físicas e esportivas no

espaço-tempo escolar; menor possibilidade de desenvolver as habilidades necessárias para a adesão a um estilo de vida ativo, nas práticas de lazer e de autocuidado, no decorrer da vida.

Essa situação configura o que Bourdieu e Champagne (2001) chamam de inclusão excludente: embora os estudantes negros estejam formalmente inseridos e matriculados no ambiente escolar, essa presença ocorre em condições desiguais que silenciam suas culturas e dificultam a equidade no que diz respeito a sua cidadania.

Essas práticas de exclusão não se limitam às estruturas físicas da escola. O estudo de Mendonça, Freire, Miranda (2020) evidencia que o racismo presente no cotidiano escolar também se manifesta pela resistência à inserção de conteúdos ligados à cultura negra nas aulas de Educação Física. Os autores destacam que, entre as instituições analisadas, apenas quatro de doze cursos de licenciatura incluíam em suas matrizes curriculares conteúdos voltados às relações étnico-raciais, o que demonstra o descaso e despreparo da formação inicial para lidar com essa temática. Para além disso, a pesquisa chama atenção para a reprodução de preconceitos dentro do próprio ambiente escolar, como no caso da prática da capoeira, frequentemente desvalorizada por professores de outras áreas. Alguns docentes alegaram que a musicalidade da capoeira “perturbava” o ambiente escolar e atrapalhava a concentração de alunos não envolvidos na aula, revelando, segundo a autora, posturas preconceituosas. A rejeição dessas tradições culturais negras prejudica o acesso a uma educação que combata efetivamente o racismo. Logo, esses comportamentos mostram uma situação onde o racismo age de maneira discreta e para afastar, de forma sutil, as expressões das culturas étnico-raciais que foram marginalizadas ao longo da história.

Nessa mesma direção, alguns artigos estudados destacam a urgência de se repensar os currículos da educação física à luz da diversidade cultural. Grison, Gasparetto, Ferreira e Packer (2020) analisam dissertações e teses que revelam tanto o potencial quanto os limites da Educação Física escolar para tratar as questões étnico-raciais. Os autores ressaltam a necessidade de superar a formação técnica e biologicista, defendendo uma abordagem que valoriza saberes e vivências de matriz africana e indígena.

Gonçalves et al. (2020), por sua vez, ao refletirem sobre a relação entre currículo e diversidade, evidenciam o quanto a inserção efetiva da cultura negra e indígena permanece como desafio para as políticas educacionais, desde o ensino básico até o superior.

Em outra perspectiva, Pomin e Café (2020) reforçam a urgência de uma Educação Física comprometida com a valorização dos saberes afro-brasileiros, indicando caminhos possíveis por meio de práticas pedagógicas plurais e comprometidas com a equidade.

Já Bravalheri (2020) apresenta uma experiência interdisciplinar potente ao trabalhar o afrofuturismo como tema de um espetáculo de dança desenvolvido com estudantes do ensino médio. A proposta, que integrou as áreas de Educação Física, História, Sociologia e Arte, resultou na valorização da corporalidade negra e possibilitou aos alunos um mergulho crítico em suas raízes culturais. Tal experiência evidencia que, quando o currículo se abre para as africanidades, ele se torna território fértil de expressão, pertencimento e resistência.

Diante de todos esses apontamentos, fica evidente que o racismo vivenciado nas aulas e a invisibilização de identidades não são fenômenos isolados ou pontuais, mas estruturantes. São “lágrimas de Odé” que denunciam as dores de um povo que, mesmo dentro da escola, segue lutando pelo direito de existir, se mover e se expressar com dignidade.

#### **4.2 Reconhecimento da cultura negra nas aulas de educação física: Bastardos em glória**

“Ê, eu inalei o veneno e soprei a cura” (Morcego, Sant, 2017)

Segundo Fanon (1968, p. 193), “O homem colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança”. Inspirados por essa perspectiva, observamos que ainda é tímida a presença de práticas que realmente valorizem a cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física.

De acordo com dados das pesquisas encontradas, grande parte dos professores relatam dificuldades em trabalhar com conteúdo de matriz africana por falta de formação adequada e desconhecimento do tema (MUNANGA, 2005).

No que se refere à formação docente e seu impacto na prática pedagógica voltada às relações étnico-raciais, o estudo de Rodrigues; Rossi (2024, p. 139), evidencia “a necessidade de uma formação específica, a fim de que as abordagens pedagógicas possam efetivamente destacar as africanidades, promovendo, assim, uma educação comprometida com a análise crítica da realidade social.” Os autores apontam que, embora os professores reconheçam a importância das relações étnico-raciais em suas aulas, relatam falta de formação adequada e dificuldades para abordar as culturas africanas e afro-brasileiras, que são muitas vezes estereotipadas negativamente.

Nesse mesmo sentido, Silveira; Alviano Júnior (2023, p. 7), destacam que “[...] mesmo com os quase 20 anos da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações étnico-raciais, muitos professores das escolas ainda têm fragilidades em sua formação, para consolidar práticas efetivas nesta direção.” Os autores reforçam a urgência de incluir a

educação para as relações étnico-raciais desde a formação inicial dos professores, considerando que, historicamente, a educação física contribuiu para a consolidação de normas racistas, baseadas em ideais eugênicos, que resultaram na marginalização e negligência dos saberes das populações afro-brasileiras e indígenas.

A investigação de Silveira; Alviano Júnior (2022), trouxe como objetivo analisar as práticas de professores de educação física da rede municipal de ensino de Curitiba relacionadas à inserção das relações étnico-raciais nas aulas. A análise buscou compreender como os docentes interpretam e inserem conteúdos relacionados à temática étnico-racial nas aulas, com atenção especial à presença da capoeira e de outros elementos da cultura afro-brasileira e indígena. Observamos que há interesse da maioria dos professores para receber formação sobre essa temática. No entanto, o estudo também revela que um grupo de professores demonstra a falta de interesse por não entenderem a necessidade na abordagem do tema. Os que gostariam apontaram suas preferências para: jogos e brincadeiras, atividades relacionadas à cultura indígena, dança afro-brasileira, capoeira e atividades cantadas.

O estudo de Mendonça, Freire e Miranda (2020) mostra que ainda há muitas falhas na formação inicial e continuada dos professores de Educação Física para lidar com as relações e problemáticas étnico-raciais. A partir da análise de teses e dissertações, os autores concluíram que, mesmo após mais de 15 anos da Lei 10.639/03, “ainda é incipiente a preocupação com uma temática tão relevante” (MENDONÇA; FREIRE; MIRANDA, 2020, p. 10). A pesquisa revela que a maior parte dos cursos de educação física mantém um currículo eurocentrado, contribuindo assim para a exclusão de conteúdos voltados à valorização da cultura afro-brasileira e outras culturas fora do eixo supracitado. Ademais, muitos professores relataram em seus discursos não se sentirem preparados para tratar a temática em sala de aula, o que evidencia a importância de investir em formações específicas e de forma contínua que vão além do cumprimento formal da lei, contribuindo de forma significativa e efetiva para a construção de práticas pedagógicas antirracistas.

O quadro atual aponta para a necessidade de mudanças na matriz curricular nos cursos de formação inicial em Educação Física, assim como no fortalecimento da formação continuada, com foco em uma educação antirracista. É preciso que os profissionais estejam preparados para reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial presente na escola e que esse interesse seja também despertado em professores de outras etnias.

Logo, a promoção de uma educação que valorize a cultura negra é fundamental para combater o preconceito e promover a inclusão (SILVA, 2020). Isso inclui não apenas a

utilização de conteúdos específicos, mas uma abordagem que reconheça os saberes, valores e histórias dos povos afro-brasileiros e africanos (Attilio; Corrêa; Rossi, 2022).

### 4.3 Práticas potentes e ações efetivas: Principia

“Eu me refaço, fato, descarto de pé no chão,  
homem comum se a benção vem a mim, reparto  
invado a cela, sala, quarto, rodei o globo,  
hoje tô certo, de que todo mundo é um e  
tudo, tudo, tudo que nós tem é nois” (Emicida, 2019)

A partir dessa perspectiva de coletividade e reconstrução, destacam-se práticas docentes que se consolidam como ferramentas de transformação social no campo da Educação Física escolar, especialmente quando articulam antirracismo, interseccionalidade e cultura lúdica corporal.

A estigmatização na escola das questões históricas, econômicas, religiosas, culturais, simbólicas, morfológicas, físicas e intelectuais do povo negro podem interferir na forma com que esses cidadãos vão se relacionar com seus pares no futuro (LIMA; FALCÃO, 2025). Para as autoras as aulas de educação física escolar ancorada na cultura lúdica e valorizando as brincadeiras permite a superação desses estigmas porque no brincar às crianças expressam “suas emoções, experiências, aprendizados, crenças, valores, lembranças, desejos e diversos outros atributos que estão presentes no seu dia a dia, em sua cultura e na forma como elas veem e vivem no mundo” (LIMA; FALCÃO, 2025, p. 4). Nesse sentido, o estudo demonstra a necessidade da qualificação docente para a abordagem das relações étnico-raciais através da prática lúdica, como oportunidade de viabilizar às crianças conhecimentos sobre as diversas culturas e etnias na direção de tornar as aulas de educação física escolar mais inclusiva e justa.

Ricardo, Conceição e Wittizorecki (2024) exploram como as aulas de futebol podem ser um espaço para refletir sobre as relações de poder que envolvem gênero e raça na escola. A pesquisa-ação participante foi realizada com o sexto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Abya Yala, adotando uma abordagem pedagógica decolonial e intercultural. Os autores afirmam que:

As aulas de futebol na Educação Física possibilitam a compreensão de que os(as) alunos(as) experienciam de distintas formas e atribuem diferentes significados ao que vivem nas suas trajetórias, bem como que a oferta, o convite, o encontro e o diálogo se apresentam como instrumentos importantes para refletir as relações de poder que envolvem gênero e raça na escola. (RICARDO, CONCEIÇÃO E WITTIZORECKI 2024, p.6)

A investigação de Corrêa e Rodrigues (2021) evidencia que a fruição de manifestações culturais de matrizes africanas e indígenas, atrelada ao diálogo e reflexão para desconstrução de estereótipos e preconceitos, perpassou a práxis pedagógica antirracista das docentes, a qual se mostrou comprometida com a democratização dos conhecimentos, com o engajamento da comunidade escolar e estímulo ao protagonismo dos educandos. Os autores reforçam que a educação física escolar antirracista vai além de ações simbólicas: ela envolve a valorização concreta de práticas culturais de matriz africana e indígena, articuladas ao diálogo e à reflexão com os estudantes, promovendo justiça, pertencimento e protagonismo.

Esses estudos se debruçam sobre experiências pedagógicas concretas, analisando estratégias, projetos e relatos de professores comprometidos com uma atuação antirracista. Mesmo diante de obstáculos estruturais, há educadores que constroem caminhos de resistência por meio de práticas que valorizam as culturas afro-brasileiras, promovem o debate sobre identidade e pertencimento, e tensionam as normativas racistas ainda presentes no cotidiano escolar. O diálogo com essas práticas oferece subsídios para pensar uma Educação Física que, para além da técnica, se constitua como espaço de disputa simbólica, política e cultural.

Em relação ao conteúdo para as aulas de educação física escolar alinhados às questões étnico-raciais identificamos o estudo de Bravalheri (2020), que desenvolveu um projeto interdisciplinar envolvendo a dança com inspiração no afrofuturismo. Nesse sentido, o estudo apresenta uma experiência de uma ação efetiva na qual a Educação Física foi integrada a outras disciplinas por meio de uma proposta que valorizou a cultura africana e afro-brasileira em várias camadas para além da educação física. Enquanto os estudantes criaram as coreografias e exploravam os movimentos corporais, as demais disciplinas contribuíram com a confecção de roupas, criação do cenário, estudos e debates sobre a cultura africana. Como apontam os autores, essa experiência mostra como o planejamento colaborativo entre os componentes curriculares pode tornar a escola um espaço de valorização das identidades negras e de construção de práticas pedagógicas realmente antirracistas.

Alinhado a esse debate, Corrêa e Rodrigues (2021) demonstram como a Educação Física pode desenvolver ações pedagógicas efetivas no combate ao racismo, quando planejadas e executadas com estratégias criativas. Por meio de experiências como a recriação dos jogos africanos Yote e Senet, a contação de histórias sobre princesas africanas e oficinas com bonecas Abayomi, os autores mostram que é possível desconstruir o preconceito e valorizar a cultura negra e demais culturas silenciadas. Essas atividades, para além de despertar o interesse dos estudantes, faz com que os mesmos passem a reconhecer, de uma forma positiva e didática a cultura africana. As professoras participantes da pesquisa relataram ações concretas em suas

aulas, como rodas cantadas, jogos africanos, uso de recursos audiovisuais e realização de projetos interdisciplinares. Em um dos projetos desenvolvidos, os alunos dos quintos anos se tornaram protagonistas e ensinaram os colegas de outras turmas, fortalecendo o sentimento de pertencimento.

Pomin e Café (2020) conduziram um estudo sobre os métodos de ensino de professores de Educação Física na rede municipal de Curitiba. O foco foi entender como práticas ligadas à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena são abordadas nas aulas. Ao fazer um levantamento, os autores notaram o uso de atividades como jogos africanos, como a mancala, ritmos africanos, como o samba de roda e o maculelê, e a capoeira, um dos temas mais citados pelos professores. A pesquisa também observou o uso de novas abordagens, como a inclusão do jongo no ensino médio e danças populares e folclóricas nos primeiros anos. Como destacam os autores, (POMIN; CAFÉ, 2020, p. 19), “oportunizar diferentes manifestações culturais espontâneas nas aulas de Educação Física estimula o potencial gestual, promovendo a real democratização, humanização e diversificação da prática pedagógica”. Entretanto, a pesquisa aponta limites para uma margem de evolução e eficácia ainda maior, como a ausência de materiais didáticos e a insegurança de alguns docentes de trabalharem com essa temática, mas destaca que há esperança de que “[...] o interesse e inquietude dos professores, que pode ter sido despertado e estimulado ao se depararem com esta pesquisa, funcionem como um fator incitatório para a reflexão de sua prática” (POMIN; CAFÉ, 2020, p. 20). Os resultados da pesquisa reforçam que práticas potentes e efetivas já estão em andamento e que, quando acompanhadas de reflexão crítica podem consolidar a Educação Física como uma aliada na luta antirracista.

Mesmo com os percalços e limitações ainda existentes para a abordagem das questões étnico-raciais nas aulas de educação física escolar identificamos experiências pedagógicas, como por exemplo, as práticas integrando vários componentes curriculares que tornaram as aulas um espaço de resistência e valorização da cultura negra.

Considerando esse cenário notamos que é urgente potencializar práticas pedagógicas abordando aspectos antirracistas nas aulas de educação física escolar.

## 5. CONSIDERAÇÕES: AQL SLV (“AQUELE SALVE”)

“Levantar diploma é coisa de preto  
Vai dizer que sim  
Ao bater no peito  
Primeira mudança de mundo  
É dentro.”  
(Sant, 2021)

Nossa trajetória neste trabalho foi atravessada por afetos, dores e potências que emergem do encontro entre a arte, as práticas corporais e o compromisso com a transformação social. A artistagem não foi apenas um recurso metodológico, mas uma escolha ética e estética que nos impulsionou a pensar e sentir a educação de forma crítica e sensível. Foi a partir da arte que conseguimos elaborar nossas vivências e nos posicionar diante das ausências que nos atravessaram durante a formação.

É preciso reconhecer a importância do rap em nossas vivências e na construção deste trabalho. Quando a escola não nos acolheu, foi na poesia que encontramos força e pertencimento. Entendemos que a abordagem das práticas corporais e das manifestações artísticas do povo preto como temas das aulas de educação física na escola é um caminho para seguirmos vivos, lutando e sonhando com justiça social e o reconhecimento da produção cultural e dos saberes do povo preto. Afinal, “O mundo é muito cruel com pessoas como nós; Se chegamos até aqui foi pela graça de Deus e Graças aos meus heróis” (JOTAPÊ; EMICIDA, 2025).

Considerando os saberes encontrados no mapeamento da produção dos periódicos da área da Educação Física e de mãos dadas com os saberes da nossa trajetória de vida preta, indicamos alguns caminhos para contribuir com a formação e atuação dos professores e professoras de educação física na abordagem das questões étnico-raciais nas aulas de educação física.

Para tanto, na direção de consolidar o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira no espaço escola e, especificamente, nas aulas de educação física, é necessário ações para assegurar a abordagem dos conceitos e temas da cultura africana e afro-brasileira nos processos formativos dos professores e professoras, tanto na formação inicial dos cursos de licenciatura em Educação Física, quanto nas redes de ensino por meio da formação em serviço.

Uma possibilidade é privilegiar como conteúdo das aulas as práticas corporais da cultura negra, em substituição aos esportes, danças, lutas e jogos originários dos países europeus. Outra é estabelecer atividades formativas dos professores ancorados em dois pontos, a saber: currículo pautado em referenciais teóricos originários do povo preto e estratégias de

ensino sensibilizadoras para subsidiar a abordagem de temas marginalizados para o fortalecimento da educação antirracista.

A trajetória desta investigação revelou a necessidade de processos formativos que contribuam com a superação da invisibilidade da identidade negra na escola, reconhecimento da cultura negra, práticas docentes efetivas como um caminho potente para incentivar e qualificar a abordagem das questões étnico-raciais nas aulas do componente curricular educação física na escola.

Em suma, que este trabalho seja semente, que alcance outros corpos, desperte outras vozes e fortaleça presenças que insistem em existir, resistir e transformar, com consciência, sensibilidade e firmeza.

## REFERÊNCIAS

- ATTILIO, Vitoria Fernandes; CORRÊA, Denise Aparecida; ROSSI, Fernanda. A corporeidade negra e o contexto escolar: estudo de revisão sistemática. **Educação em Foco**, v. 27, n. 1, p. 27044-27044, 2022.
- BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg/?format=html&lang=pt> Acesso em 20 jul. 2025
- BACO EXU DO BLUES**. Bluesman. [S.l.]: Independente, 2018. 1 música digital (4 min 43 s). Álbum: Bluesman.
- BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 mai. 2004.
- BRASIL. **Lei Federal 11.645** de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 2008. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Física**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf) Acesso em: 20 mai. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.759**, de 21 de dezembro de 2023. Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/lei/114759.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114759.htm).
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004.
- BRAVALHERI, Rubens de Sousa. Cultura africana en una perspectiva interdisciplinar: la Educación Física en la cultura corporal del movimiento. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, 2020.
- CABRAL, Pauliana Xavier; MARTINS, Clara Heloiza de Araújo; FRANÇA, Maria Sanmara Silva de. A apropriação cultural e resistência da negritude: de artefatos à imagem negra. **Vivências em Ensino de Ciências**, v. 6, n. 2. 2022.
- COACH CARTER – **TREINO PARA A VIDA**. Direção: Thomas Carter. Produção: Brian Robbins, Mike Tollin. Estados Unidos: Paramount Pictures, MTV Films, 2005.
- COELHO, Márcio Cardoso et al. Cultura negra, docência e Educação Física escolar: uma revisão integrativa no campo da Educação Física. **Praxia-Revista on-line de Educação Física da UEG**, v. 3, p. e2021007-e2021007, 2021.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As licenciaturas em História e a lei 10.639/03-percursos de formação para o trato com a diferença?. **Educação em Revista**, v. 34, p. e192224, 2018.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Formação de professores e relações étnico-raciais (2003-2014): produção em teses, dissertações e artigos. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 97-122, 2018.

CORAZZA, Sandra Mara. **Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. Currículo: questões atuais**. Campinas: Papyrus, p. 103-143, 1997.

CORRÊA, Denise Aparecida; DA SILVA, Marcela Gomez Alves; CARVALHO, Fernando Barbosa. Jogos de tabuleiro africanos: tradição e diversão no ensino médio. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 7, n. 2, p. 64-83, 2020.

CORRÊA, Denise Aparecida; DE CAMPOS RODRIGUES, Paloma. Reconhecer para enfrentar: práxis pedagógica antirracista na educação física escolar. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 5, n. 3, p. 294-307, 2021.

CORSINO, Luciano Nascimento et al. Educação física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo na experiência mimética com a juventude. **Revista Brasileira De Ciências Do Esporte**, v. 46, p. e20240046, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Adrielle Soares; JÚNIOR, José Correia de Amorim; DUVERNOY, Doriele Andrade. Educação para as Relações Étnico-raciais e BNCC: Descontinuidades e Silenciamentos. **Conjecturas**, v. 19, n. 1, 2019.

DE SALAMANCA, Declaração. linha de ação sobre necessidades educativas especiais. **Brasília: Corde**, 1994.

DE SOUZA LIMA, Kátia Regina. Desigualdades sociais e raciais na educação superior Brasileira. **Temporalis**, v. 24, n. 47, p. 69-85, 2024.

ELNIÑO, Thiago; SANT; KMKZ. Pedagoginga. In: ELNIÑO, Thiago. *A Rotina do Pombo*. [S.l.]: Independente, 2017. Web. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/7zi1ks67s9YosUZ5DKztrB>.

EMICIDA. Boa Esperança. Intérprete: Emicida. In: SOBRE CRIANÇAS, QUADRIS, PESADELOS E LIÇÕES DE CASA... [CD]. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2015.

EMICIDA. Principia. Participação de Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. In: **AMARELO**. [S.l.]: Laboratório Fantasma, 2019. 1 faixa sonora. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/1wTuMYmA3AJC7zKg6cuu19>. Acesso em: 24 jul. 2025.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: **Escrevivência: uma escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado; LOPES, Goya (Org.). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FRANTZ, Fanon. **Os Condenados da Terra**. 1968.

FRANTZ, Fanon. **Pele Negra, máscaras brancas**. 2012.

GARCIA, Gabryella. Cartilha mostra impactos do racismo no desenvolvimento infantil. **Educação e Território**, 13 jan. 2022.

GOMES, Nilma Lino et al. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GONÇALVES, Ludmilla Silva et al. Currículo, Diversidade Étnico-Raciais e Educação Física. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 102838-102852, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GRISON, Francine Cruz et al. Relações étnico-raciais na Educação Física escolar: estado da arte em teses e dissertações brasileiras. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 19, n. 1, p. 91-99, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades por cor ou raça no mercado de trabalho.** 2024. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/trabalhadores-brancos-ganham-70-a-mais-do-que-pretos-e-pardos-no-brasil-diz-ibge-04122024>.

JESUS, Gilmar Mercês de et al. Desigualdades de cor/raça na disponibilidade de instalações para a prática de atividades físicas e esportes nas escolas públicas de Educação Básica do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 45, p. e20230029, 2023.

JORNAL DA UNICAMP. **Em dia histórico na Unicamp, Racionais recebem título de Doutor Honoris Causa.** Campinas, 07 mar. 2025. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/noticias/2025/03/07/em-dia-historico-na-unicamp-racionais-mcs-recebem-titulo-de-doutor-honoris-causa/>. Acesso em: 1 aug. 2025.

**JOTAPÊ; EMICIDA; PAPTINHO.** Leandro Roque (Até a Última Rima) [vídeo]. Brasil: YouTube, 2025. 1 vídeo (3 min 28 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6IBJCmhvayA>. Acesso em: 1 ago. 2025.

LEAL, Catiana Nery; EUGENIO, Benedito Goncalves; DE BRITO, Rafael Casaes. As relações étnico-raciais e a educação física: análise da produção no período 2012-2022. **Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 134-145, 2024.

**LEALL.** Posso mudar meu destino. In: *11 EAM*. [S.l.]: 11 EAM, 2021. 1 faixa sonora. Publicado em: 1 mar. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=vse3Zy\\_9D1c](https://www.youtube.com/watch?v=vse3Zy_9D1c). Acesso em: 24 jul. 2025.

LIMA, Manuele Alexandrina; FALCÃO, Denise. Desafios docentes nas aulas de Educação Física: relações étnico-raciais e práticas lúdicas. **Pensar a Prática**, v. 28, 2025.

MATOS, Sônia Regina da Luz. Oficina de Artistagem Curricular: Kafka e o Artista da Fome. 2011.

**MAX SOUZA; SARAH GUEDES; KAINNÁ TAWÁ; DJONGA.** *Sangue, suor e lágrimas, Pt. 2* [single]. Álbum digital: *Max Souza*, 2017. 1 música digital (6 min 09 s).

MENDONÇA, Giuliano Pablo Almeida; FREIRE, Elisabete dos Santos; MIRANDA, Maria Luiza de Jesus. Relações étnico-raciais e Educação Física escolar: uma revisão integrativa de teses e dissertações. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, 2020.

MIRANDA, F. **Lei 10.639/03** não é cumprida em 71% dos municípios brasileiros.

MONTEIRO, Pamela Tavares; ANJOS, José Luiz dos. A Educação Física e a identidade étnico-racial: o estado da arte nas revistas brasileiras de Educação Física. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2005.

NEIRA, M. G.; GRAMORELLI, L. C. Embates em torno do conceito de cultura corporal: gênese e transformações. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 321-332, abr./jun. 2017.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Educação Física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

NEIRA, Marcos Garcia. A didática-artística da educação física cultural. **aEnsino de educação física e formação humana**, 2021.

NEIRA, Marcos Garcia. Abordagens ou currículos da Educação Física?. **CONNECTION LINE-REVISTA ELETRÔNICA DO UNIVAG**, n. 28, 2022.

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física, currículo cultural e justiça social. Educação Física escolar e justiça social: experiências curriculares na Educação Básica**, v. 270, 2022.

NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural da Educação Física: uma resposta aos dilemas da contemporaneidade. **Linhas**, v. 16, n. 31, p. 276-304, 2015.

NEIRA, Marcos Garcia. Os conteúdos no currículo cultural da Educação Física e a valorização das diferenças: análises da prática pedagógica. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 2, p. 827-846, 2020.

NEIRA, Marcos Garcia; GRAMORELLI, Lilian Cristina. Embates em torno do conceito de cultura corporal: gênese e transformações. **Pensar a prática**, v. 20, n. 2, 2017.

NOVA RESISTÊNCIA. Sobre o Dia da Consciência Negra. **Nova Resistência**, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://novaresistencia.org/2017/11/21/sobre-o-dia-da-consciencia-negra/>.

O GLOBO. Desigualdade entre brancos e negros no ensino vai da alfabetização à universidade. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/26/desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-ensino-vai-da-alfabetizacao-a-universidade.ghtml>.

OLIVEIRA, Caroline Gomes de. **Raça, território e currículo cultural da Educação Física: influências na construção identitária da juventude negra e favelada**. 2025. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Samuel Feliciano; CORRÊA, Denise Aparecida. Produção acadêmico-científica sobre a temática africana e afro-brasileira na educação física escolar. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 8, n. 2, p. 178-187, 2024.

PIRES, Joice Vigil Lopes; DA SILVA SOUZA, Maristela. Educação física e a aplicação da Lei nº 10.639/03: análise da legalidade do ensino da cultura afro-brasileira e africana em uma escola municipal do RS. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 193-204, 2015.

POMIN, Fabiana; CAFÉ, Lucas Santos. Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, 2020.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS). Diferença de salários entre negros e brancos é de 73,9%, aponta IBGE. 2019. Disponível em: <https://nosp.pucminas.br/index.php/2019/11/14/diferenca-de-salarios-entre-negros-e-brancos-do-brasil-e-de-739-aponta-ibge/>.

**RACIONAIS MC'S**. Capítulo 4, versículo 3. Álbum: Sobrevivendo no Inferno. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. 1 música digital (8 min 09 s).

RACIONAIS MC's. Negro Drama. In: RACIONAIS MC's. **Nada como um dia após o outro dia** [CD]. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. Faixa 2.

RANGEL, Irene Conceição Andrade. Racismo, preconceito e exclusão: um olhar a partir da Educação Física escolar. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 73-76, 2006.

REGIS, Kátia; BASÍLIO, Guilherme. Currículo e Relações Étnico-Raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 33-60, 2018.

REVOGAÇÃO, D. A.; VIGÊNCIA, D. A.; PEREIRA, CIMAR AZEREDO. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. 2010.

RICARDO, Karoline Hachler; DA CONCEIÇÃO, Diênifer Monique; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. Futebol na Educação Física escolar: possíveis diálogos com gênero e raça: possible dialogues with gender and race. **Motrivivência**, v. 36, n. 67, p. 1-20, 2024.

RODRIGUES, Rudson Caetano; ROSSI, Fernanda. Relações étnico-raciais e africanidades na educação física escolar: reflexões sobre os saberes docentes. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 8, n. 2, p. 129-141, 2024.

**RODRIGUINHO; MV BILL**. O mundo dá voltas. [S.l.]: GR6 Explode, 2017. 1 faixa sonora (3 min 55 s).

**SANT; SD9; VND; TIAGO MAC; LP BEATZZ**. *AQL SLV* (feat. SD9, VND e Tiago Mac). 2021. Faixa do single digital *AQL SLV*, produção musical: LP Beatzz. Disponível em: Spotify. 1 música digital (3 min 45 s). Acesso em: 27 jul. 2025.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol; BRANDÃO, Pedro Paulo. Base Nacional Comum Curricular e currículo da Educação Física: qual o lugar da Diversidade cultural?. **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 105-118, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, Clesivaldo da. A educação étnico-racial na base nacional comum curricular: invisibilidade ou promoção de uma educação antirracista. **REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL NORDESTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**, v. 25, p. 01-09, 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 123-150, 2018.

SILVEIRA, Keylla Amélia Dares; ALVIANO JÚNIOR, Wilson. Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA JUNIOR, João Carlos; ANANIAS, Elisangela Venancio. Desigualdade racial no Brasil: desafios contemporâneos para o trabalho do professor de Educação Física. **Motrivivência**. Florianópolis. Vol. 35, n. 66 (2023), p. 1-23, 2023.